

Paulo, Heloisa

Exilados portugueses na América do Sul : republicanos e revolucionários (1926-1964)

I Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX

26, 27 y 28 de septiembre de 2012

CITA SUGERIDA:

*Paulo, H. (2012). Exilados portugueses na América do Sul : republicanos e revolucionários (1926-1964) [en línea]. I Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX, 26, 27 y 28 de septiembre de 2012, La Plata, Argentina. En Memoria Académica. Disponible en:
http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.2556/ev.2556.pdf*

Documento disponible para su consulta y descarga en **Memoria Académica**, repositorio institucional de la **Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE)** de la **Universidad Nacional de La Plata**. Gestionado por **Bibhuma**, biblioteca de la FaHCE.

Para más información consulte los sitios:

<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar>

<http://www.bibhuma.fahce.unlp.edu.ar>



Esta obra está bajo licencia 2.5 de Creative Commons Argentina.
Atribución-No comercial-Sin obras derivadas 2.5



Exilados portugueses na América do Sul: republicanos e revolucionários (1926-1964)

Heloisa Paulo

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX-CEIS20

Universidade de Coimbra/ Portugal

heloisapaulo25@gmail.com

1. A América do Sul como destino de emigração e exílio

“Gentes de muitas variedades e cores, fatiotas brancas, aromas esquisitos, maneiras de andar, maneiras de falar deram-me de entrada a impressão a impressão duma Lisboa-Exótica transplantada pelo imenso poder do Poder de Salazar. E de repente senti que a pena de exílio passara para a alternativa de deportação.”¹

“Continuam no sítio ‘Nossa Chácara’, em Itaim (São Miguel) os mesmos nove refugiados [...] incumbido de responder às perguntas [o chefe] Declarou que estão satisfeitos com a acolhida até o momento. Recebem visitas esporádicas, mas aos Domingos o sítio é local para pic-nics, e assim várias famílias entram em contacto com os mesmos”²

No início do século XX, o sonho de “fazer a América” significou para muitos a possibilidade de uma fuga às péssimas condições económicas vividas nos seus países de origem. Na verdade, desde a segunda metade do Oitocentos, sucessivas levas de emigrantes aportam às principais cidades latino-americanas em busca da “árvore das patacas”, expressão usada entre os portugueses, uma terra onde o dinheiro cresce do chão e torna todos ricos. Chegada ao destino, o emigrante depara-se com uma realidade bem diversa da imaginada e propalada pela propaganda dos agentes de emigração; a capacidade de adaptação e sobrevivência ditam as regras do “sucesso” ou do fracasso no Novo Mundo. Na maioria dos casos, longe de serem o lugar da fortuna, os “paraísos tropicais” tornam-se locais de trabalho, onde o emigrante comum vai-se “deixar ficar” na falta de melhores condições nos seus países de origem³.

Neste mesmo período, a Europa é abalada por convulsões políticas, conflitos bélicos e repressão que fazem aumentar continuamente o êxodo populacional de exilados e refugiados

1 Carta de Alberto Moura Pinto a Jaime de Morais, sem data, provavelmente de 1939, ano da sua chegada ao Brasil. Rascunho. Arquivo Moura Pinto.

2 Relatório do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (São Paulo) a respeito dos exilados provenientes do paquete Santa Maria, 28 de Junho de 1961. DEOPS/Arquivo do DEOPS. 50E-29-28.

3 Sobre a emigração para o Brasil ver, entre outros, PAULO, Heloísa. “*Aqui também é Portugal*”, a colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo, Coimbra, Quarteto, 2000; ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. “Espaços de herança cultural portuguesa — gentes, factos, políticas”, in: *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100, 1988; LOBO, Eulália Lamayer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001

políticos, empurrados para fora dos seus países ante a eminência do assassinato ou prisão⁴. A ascensão dos regimes fascistas e a Guerra Civil de Espanha são dois marcos desta verdadeira “peregrinação” de democratas pela Europa e Américas. Neste quadro, a Península Ibérica regista um número ímpar de exilados frente à perseguição movida pelos regimes de Salazar e Franco aos seus opositores. Em Portugal, com o advento da Ditadura Militar, esta onda de exilados inicia-se ainda em 1926, acentuando-se nos anos seguintes, sobretudo após a implantação do Estado Novo, em 1933⁵. Entre 1931 e 1939, a opção mais próxima é a vizinha Espanha onde, durante a vigência da 2ª República, os exilados portugueses se aproximam de figuras políticas, como Indalécio Prieto ou Francisco Largo Caballero, chegando a auxiliar a tentativa de revolta nas Astúrias, em 1934. Após o golpe de Franco, o trabalho de portugueses e espanhóis trabalham no combate contra o fascismo representado pelo regime de Lisboa e pelos demais apoiantes dos golpistas em Espanha. O término da Guerra Civil coloca os portugueses novamente no exílio, mais uma vez, acompanhados pelos espanhóis⁶. É o início de uma longa jornada na qual os dois antigos aliados se cruzam diversas vezes no combate comum pelo retorno da democracia à Península Ibérica.

Assim sendo, os países da América, com longa tradição de imigração portuguesa ou espanhola, passam a ser zonas de atracção para os exilados ibéricos. O México, graças à política de Lázaro Cardenas, concentra o maior núcleo de concentração do exílio republicano espanhol⁷. Brasil, a Argentina, a Bolívia e a Venezuela, núcleos naturais de emigração portuguesa ou espanhola, tornam-se, naturalmente, países de acolhimento dos que buscam refúgio na América do Sul, embora alguns deles com regimes políticos próximos daqueles que eles combateram. É o caso do Brasil de Getúlio Vargas, onde um Estado Novo, semelhante ao modelo de Salazar, recebe os exilados anti-salazaristas, muitos deles após processos de expulsão sumária do território português, como é o caso de Jaime de Morais e Jaime Cortesão⁸. Do lado oposto está o caso da Venezuela que, em 1958, após a implantação do regime democrático e com um forte contingente emigratório, se torna “aliciante” para os opositores do regime salazarista em busca de apoios e aliados.

4 Ver, entre outros, MILZA Pierre, «Introduction et problématique générale», *L’émigration politique en Europe aux XIXe et XXe siècles*, Rome, École Française de Rome, 1991.

5 A primeira grande revolta é despoletada em 3 de Fevereiro de 1927 na cidade do Porto. Derrotado o movimento, alguns dos principais participantes partem para um exílio prolongado, como o Comandante Jaime de Morais e o escritor Jaime Cortesão. Estes, juntamente com o jurista Alberto Moura Pinto, encabeçam em Madrid um grupo de resistentes denominado de “Budas”. Sobre o tema ver, entre outros, FARINHA, Luís. Luís. *O Revirralho.Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo.1926-1940*.Lisboa. Estampa.1998.

6 Sobre o tema ver, entre outros, PAULO, Heloisa. “Imagens da Liberdade: os exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Ibérica”, in: *Estudos do Século XX*. N.º8. Coimbra: Imprensa da Universidade/CEIS 20. 2008.

7 Sobre o exílio mexicano ver, entre outros, AAVV. *El exilio español en México*, Ediciones del Fondo de Cultura Económica, México 1999; ABELLÁN; José Luis. *De la guerra civil al exilio republicano (1936-1977)*, Editorial Mezquita, Madrid 1983.

8 Sobre o tema ver, entre outros, PAULO, Heloisa. “O exílio português no Brasil: Os 'Budas' e a oposição antisalazarista”, in: *Portuguese Migrations in Comparison: Historical Patterns and Transnational Communities. Portuguese Studies Review*, Trent University, Peterborough, Ontario, Vol. 14, No. 2, Junho de 2009.

No entanto, emigrantes, emigrados políticos, deportados, refugiados ou exilados possuem uma trajectória em terras estranhas que muito os diferencia⁹. Para o emigrante comum, o objectivo único é a construção de uma nova vida que pode ou não excluir a ideia do retorno definitivo ao país de origem. Ele procura e cultiva a sua relação permanente com a terra natal, marcada pelo culto constante dos vínculos estabelecidos com o seu lugar de origem, demonstrando da preocupação em reafirmar a sua ligação com o local de nascimento, com o intuito de se fazer "presente", apesar da distância. Para o emigrado político, o exilado, o deportado ou o refugiado, a partida do país de origem é sempre algo imposto, fruto de um acto de hostilidade declarada contra o poder de um Estado, ou ainda, pela própria incapacidade de sobrevivência dadas as condições de perseguição política impostas por um regime. Apesar de ser obrigado a buscar trabalho e meios para sobreviver no país de acolhimento, este nunca será considerado um local de permanência e a actividade profissional é apenas um aspecto da sua vida, continuamente voltada para o combate ao regime político que o considera “inimigo” e “persona non grata” no seu país de origem¹⁰.

Fruto de uma pesquisa de pós-doutoramento já concluída e em vias de publicação, o trabalho envolveu arquivos e publicações brasileiras, portuguesas e venezuelanas, para além de depoimentos orais de alguns dos membros da oposição portuguesa. O objectivo do presente artigo é fornecer uma visão geral da acção dos emigrados políticos portugueses na América Latina, nomeadamente no Brasil e na Venezuela, das alianças que estabelecem com outros exilados, em especial com os republicanos espanhóis, e dos vínculos de apoio ao combate em prol da democracia portuguesa, estabelecidos com a elite política do país de acolhimento.

2. Brasil e Venezuela: da emigração ao exílio

2.1. Brasil

“A odiosa forma ditatorial de denegrir os adversários e tentar semear entre eles a desconfiança e a sisania, descambou para o cómico ao dizer o chefe de Polícia que os da Resistência não deviam acreditar nesses jornalistas brasileiros, que vinham combatendo o salazarismo,

9 Segundo a Convenção de Genebra de 1951, refugiado é todo aquele que “receando com razão ser perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar”. Artigo 1 - Capítulo 1. *Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Disponibilizada em /www.cidadevirtual.pt (consultada a 21 de Setembro de 2009). Visando solucionar o problema dos refugiados, temos diversas tentativas internacionais, desde a criação da Organização Internacional para os Refugiados, criada em 1921, até à instituição do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, em 1951. Sobre o tema, ver, entre outros, DEVOTO, Fernando e BERNALDO, Pilar Gonzalez (dir.). *Emigration politique: une perspective comparative*. Paris : L'Harmattan- CEMLA, 2001.

10 Ver, entre outros, CRESPO, M. “La problemática del exilio: espacio de confluencias”, in: *Gramma Virtual*. São Salvador: Universidade de São Salvador, año I, núm. 3, Febrero 2001).

pois quase todos eles já emudeceram a golpes de caixas de vinhos portugueses. [...] Quanto a mim, as minhas caixas se extraviaram. [...] Mas se a polícia portuguesa deseja que eu seja mais assíduo no comentário das coisas portuguesas, seja mais assídua nas perseguições a homens, livros e jornais. E sobretudo mandem vinhos. Prometo escrever contra o salazarismo, um artigo por garrafa. E não se esqueçam: tinto maduro”¹¹.

O Brasil possui uma forte tradição de emigração portuguesa, sendo um dos países de eleição para quem procura a sobrevivência fora de Portugal. Durante grande parte do século XX, os emigrantes portugueses estão um pouco por toda a parte no território brasileiro, mas a sua grande maioria está concentrada nos centros urbanos, nomeadamente no Rio de Janeiro, a capital do país até 1960. No meio urbano, exercem actividades no comércio, na indústria ou no sector terciário, abrangendo um universo que engloba desde empregadas domésticas até ricos industriais. Apesar da proximidade cultural e da língua comum, os portugueses constituem um dos grupos de emigrantes mais fechados no Brasil, congregados em associações de cunho beneficente, como a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 1840, no Rio de Janeiro, e em casas regionais, como a Casa do Minho, criada em 1924, na mesma cidade.

No entanto, desde o século XIX, com perseguição movida aos defensores do liberalismo, aquele país também acolhe exilados portugueses que, por sua vez, formam agremiações políticas, republicanas ou monárquicas. Estas últimas passam a ser proibidas com a introdução de uma legislação eminentemente nacionalista e autoritária, introduzida pelo governo de Getúlio Vargas que proíbe aos estrangeiros "organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes ou quaisquer estabelecimentos de carácter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou a difusão, entre os seus compatriotas de ideias, programas ou normas de acção de partidos políticos do país de origem"¹².

Malgrado o peso da legislação, a emigração política e o exílio de opositores ao regime de Lisboa para o Brasil alcançam um primeiro grande momento no século XX entre os anos de 1927 e 1940. Neste período chegam ao território brasileiro os participantes das chamadas “revoltas do Revirinho” que, por sua vez, já haviam estado exilados em Espanha ou França e que fogem da Guerra na Europa. O segundo momento de uma leva significativa de exilados vai do final da década de 40 até os anos 60, englobando toda uma nova geração de opositores que participam em movimentos de acção directa contra o regime ou militam nas fileiras da Oposição Democrática.

11 "Tinto Maduro", de Osório Borba, in: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1953, p. 6.

12 Decreto-Lei n.º 383, de 18 de Abril de 1938. Sobre o tema ver PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal! A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

Este conjunto de opositores anti-salazaristas é formado por refugiados políticos, como é o caso de João Sarmento Pimentel¹³, que ali se estabelece após a sua participação na Revolta de Fevereiro de 1927; emigrados políticos, como Raul Monteiro Guimarães, empresário vinculado à indústria cerealífera e deputado pelo Partido Democrático que se fixa em território brasileiro no final dos anos 20¹⁴; e exilados propriamente ditos, como Jaime Cortesão e Jaime de Moraes, assim como os membros das respectivas famílias que os acompanham, “informalmente” expulsos de Portugal, mediante uma espécie de “Decreto de Banimento”, que determinou a saída imediata de ambos do país. Após o término da Segunda Grande Guerra, o fim da ditadura de Vargas (1937-1945), o retorno dos governos democráticos e as mudanças na legislação internacional, com a extensão da noção de “asilo político”, contribuíram para aumentar o número de opositores no Brasil, já que muitos deles buscam o refúgio na representação diplomática brasileira em Lisboa. Em 1963, o número de exilados “residentes” nas suas dependências chega a 30, sendo que 13 deles permanecem dois anos seguidos no endereço diplomático¹⁵.

Este conjunto de exilados é também marcado pela diversidade política própria da oposição ao regime, agregando republicanos fortemente influenciados pelo socialismo, simpatizantes ou adeptos do anarquismo, comunistas e até monárquicos, como Tomás Ribeiro Colaço, que chega ao Brasil no final dos anos 30. Estão reunidos em associações, submetidas à legislação brasileira que regula das atividades dos estrangeiros no país e que leva ao desaparecimento de algumas destas associações, como o Grémio Português do Rio de Janeiro. No entanto, adaptadas à lei, há as que sobrevivem sem assumir o seu carácter político, como o Centro Republicano de São Paulo.

Os portugueses exilados contam também com o apoio de políticos e jornalistas brasileiros, sobretudo após o término da Segunda Guerra. Associações como a ABADP, Associação Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa, criada em Outubro de 1945, reúne intelectuais, jornalistas e políticos brasileiros que apoiam à luta dos democratas portugueses e o combate empreendido contra o regime de Salazar. Nomes como o do escritor Manuel Bandeira, dos deputados Hermes Lima, presidente da ABADP, e Lino Teixeira, os dois últimos da Esquerda Democrática, possuem forte influência junto à sociedade e às autoridades governamentais do Brasil, sendo significativas as suas

13 João Sarmento Pimentel (1888-1987), oficial de cavalaria, escritor e republicano esteve ligado ao movimento e a implantação da República em Portugal. Contrário à ditadura militar participa de duas tentativas revolucionárias, 1927 e 1931, fixando-se definitivamente no Brasil a partir da década de 30. Naquele país, exerce importante papel na coordenação da oposição exilada radicada em São Paulo. O seu espólio particular está disponível na Biblioteca Pública de Mirandela, Mirandela. Portugal.

14 No obituário publicado pelo jornal *Voz de Portugal*, datado de 8 de Maio de 1949, página 3, Raul Monteiro Guimarães é apresentado como empresário, vinculado ao ramo da moagem, e ex-deputado do Partido Democrático e ao projecto republicano do “pão político”, que regulou o preço do pão em Portugal até 1923.

15 Depoimento de Manuel Pedroso Marques, participante da Revolta Militar de Beja, em 1961, contra o governo de Salazar e refugiado na Embaixada do Brasil em Lisboa, entre 1962 e 1964. Sobre este movimento ver, entre outros, ANDRADE, John. “Golpe de Beja” in: *Dicionário do 25 de Abril. Verde Fauna, Rubra Flora*. Lisboa; Nova Arrancada, 2002, p.174.

atuações nas manifestações promovidas pelos opositores portugueses exilados, como as comemorações do 5 de Outubro, dia da instauração da República em Portugal, uma data-símbolo da resistência antissalazarista¹⁶.

Na década de cinquenta e até ao golpe militar no Brasil, muitos são os apoios obtidos pelos exilados no meio político e nos jornais. O deputado socialista Osório Borba é um dos mais activos na defesa dos ideais democráticos portugueses, participando nos atos públicos promovidos pelos exilados e atacando o regime salazarista nos jornais do Rio de Janeiro¹⁷. Em São Paulo, no início da década de 60, a actuação do deputado Cid Franco, do Partido Socialista Brasileiro, causa furor na Câmara dos Deputados ao requerer para o General Humberto Delgado uma moção de louvor “pela sua luta em prol da redemocratização de Portugal”¹⁸.

De facto, a chegada de Humberto Delgado ao Brasil causa um impacto nos meios oposicionistas. Apoiado pela ala “liberal” da oposição, mas olhado com muita desconfiança pelos antigos republicanos que o conheceram com obstinado salazarista, o General vai ser recebido pelos membros de uma associação criada com o seu nome. No entanto, passado algum tempo, ele rompe com os seus apoiantes e cria o Movimento Nacional Independente, em 1960¹⁹. Este vai manter, até aos idos dos anos 70, um intenso contacto com os núcleos oposicionistas em todo o mundo, nomeadamente em termos de América Latina com a Venezuela.²⁰

Num outro registo, é importante assinalar a cooperação estabelecida entre os comunistas portugueses exilados e os membros do Partido Comunista Brasileiro, entre 1945 e 1948 e, posteriormente, no final dos anos cinquenta até 1964, justamente nos períodos de legalização do partido no Brasil. Assim sendo, durante os períodos de legalidade do regime, comunistas

16 Sobre o evento ver, entre outros, uma grande reportagem do jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 11 de Outubro de 1945. Recorte disponível no Arquivo Moura Pinto.

17 Este deputado participa de diversas comemorações do 5 de Outubro, para além de escrever artigos à favor do movimento dos exilados no *Diário de Notícias* durante a década de 50. Sobre o tema ver PAULO, Heloisa. “A oposição emigrada no Brasil”. *Os “Brasileiros” da Emigração*. Museu Bernardino Machado/ Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão: Vila Nova de Famalicão. 1999.

18 Ver, *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Ano LXX, nº 62, 19 de Março de 1960, p. 14 e seguintes. O General Humberto Delgado (1906-1965) inicia a sua carreira como Oficial do Exército e até 1958 permanece fiel ao regime de Salazar. Neste ano, rompe com o salazarismo ao candidatar-se como independente ao cargo de Presidente da República, sendo apoiado pela Oposição Democrática. Após a derrota nas eleições, busca refúgio na Embaixada do Brasil, onde chega em 1959, permanecendo até naquele país até 1962. Figura contraditória causa diversas cisões no interior do movimento oposicionista, sendo assassinado pela Polícia Internacional de Defesa do Estado, a PIDE do Estado salazarista, em 1965. Existem alguns dos trabalhos biográficos que, no entanto, pecam pela total falta de rigor histórico, como a biografia escrita pelo seu neto, ROSA, Frederico Delgado. *Humberto Delgado, biografia do General Sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.

19 Após a saída de Delgado do Brasil, em 1963, Francisco de Oliveira Pio assume a coordenação do MNI, tornando-se o seu principal nome após a morte do General. Oliveira Pio, como é conhecido, militar, republicano, assume publicamente a discordância com a ditadura implantada em 1926. Participa do movimento de 7 de Fevereiro de 1927, fugindo para a França, Bélgica e Espanha. Durante a Guerra Civil, torna-se Chefe de Operações do 23.º Corpo do Exército. Em 1939, ao passar a fronteira, é internado no campo de concentração de Montauban, de onde escapa para Argélia, onde combate na resistência no Grupo de Valabregue. Em 1955, parte para o Brasil, onde permanece até o seu falecimento, em 1972, no Rio de Janeiro.

20 Ver correspondência do Arquivo do Movimento Nacional Independente, Biblioteca Museu da Resistência, Lisboa.

portugueses e brasileiros actuam junto em acções que visam promover o despertar da opinião pública brasileira para o carácter fascista do regime de Salazar. Em 1945, tal aliança é concretizada no apoio dado pelo PCB à representação da Frente de Unidade Antifascista de Portugal no Rio de Janeiro. Posteriormente, o grupo passa a dominar a direcção da ABADP, promovendo eventos de propaganda, como a “Exposição da Imprensa Clandestina Portuguesa”, inaugurada na sede da Associação Brasileira de Imprensa em 25 de Janeiro de 1947, com a presença do líder comunista brasileiro Luís Carlos Prestes²¹. Nos anos 50, temos novamente a actuação de comunistas portugueses e brasileiros na promoção de sessões públicas a favor dos presos políticos do regime e em manifestações contra o regime. Neste quadro, destaca-se a prisão de elementos vinculados ao Partido Comunista Português que tentavam distribuir panfletos contra o salazarismo durante a estada de Craveiro Lopes no Rio de Janeiro²².

No entanto, o ambiente democrático da sociedade brasileiras, nos anos que antecedem o golpe militar, não impede que os exilados portugueses sejam seguidos de perto pelas autoridades brasileiras. O Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, órgão responsável pela segurança pública e que ficará famoso pela repressão durante a ditadura militar, mantém uma severa vigilância sobre os opositores salazaristas, sobretudo no que respeita às relações com políticos e jornalistas brasileiros. Relatos das reuniões públicas, nas quais participam oradores nascidos no Brasil, são comuns no Arquivo da instituição, destacando-se o relato de uma vigilância feita ao então Presidente eleito, mas ainda não em exercício, Jânio Quadros²³. Num Ofício datado de 30 de Janeiro de 1961, o agente refere-se ao vínculo do futuro Presidente com Henrique Galvão, então em posse do paquete português sequestrado em 22 de Janeiro de 1961, no porto de La Guaira, em território venezuelano. A aproximação de Jânio ao opositor português, concretizada aquando da sua visita à Venezuela, é “denunciada”, anunciando a aliança que se forja entre o governo brasileiro de então e os opositores de Salazar.

“Com referência à notícia publicada no *Diário de São Paulo* de ontem, dia 29, com os dizeres “Galvão é meu amigo, não entregarei o

21 “Exposição da Imprensa Clandestina Portuguesa”, in: *Libertação*, Rio de Janeiro, 14 de Abril de 1947, p.7

22 Em Maio, são presos pela Polícia Política e Social, no Rio de Janeiro, dois portugueses suspeitos de estarem a tramar um atentado contra Craveiro Lopes: Manuel Lourenço Neto, ex-oficial da Marinha, que já havia sido julgado pelo Tribunal Militar da Marinha e condenado a dezoito meses de prisão e à perda dos direitos políticos pela realização de uma campanha comunista no interior das Forças Armadas, e José da Costa Bastos, também acusado de crime idêntico, mas que fora absolvido pelo mesmo tribunal. Sobre o tema ver PAULO, Heloisa. “*Aqui também é Portugal*”. *Op. Cit.* p.355 e seguintes.

23 De facto, Jânio Quadros visitara a Venezuela em Abril de 1960, firmando então um acordo de colaboração com Henrique Galvão. Sobre o tema, ver entre outros, ANTUNES, José Freire, *Os Americanos e Portugal (1961)*. Kennedy e Salazar: o leão e a raposa. Lisboa; Difusão Cultural, 1991. Sobre o tema ver ainda FIUZA, Alexandre Filipe. “As relações entre as ditaduras do Brasil e de Portugal e a vigilância política sobre os exilados durante as décadas de 1950 e 1960”, in: *Anais Eletrônicos do Iº Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Brasil e Portugal: nossa história ontem e hoje*, 3-5 Outubro de 2007

Santa Maria a ninguém”, apuramos em conversa com o Dr. Adib Dmetri o Dauar, médico residente na Vila Maria [...] teria o nosso Presidente Eleito afirmado, em tom de blague, vai ver que tão logo eu assumo a Presidência da República o Henrique Galvão vai atracar o paquete em porto brasileiro”²⁴

2.2. Venezuela

“Apresso-me a responder à sua última carta, com a notícia de que o Dr. Lovera havia sido nomeado Presidente da Câmara dos Deputados. Agradeço-lhe a informação, visto que seria imperdoável a Oposição Portuguesa não manifestar a sua satisfação pelo acontecimento e todo o seu apreço por um tão grande amigo da nossa Causa. Envio-lhe portanto, junto com esta, um Ofício para o Dr. Lovera. Preferi que o Amigo o entregue pessoalmente a enviá-lo, conforme me indicou, directamente para o Congresso, sujeito a um extravio”²⁵

O território venezuelano passa a ser um pólo de atração para a emigração, sobretudo nos finais dos anos 40 e durante o governo de Marcos Pérez Jiménez (1952-1958). Um número considerável de emigrantes económicos portugueses desloca-se, neste período, para aquele país, impulsionado por uma política imigratória favorável e pela possibilidade de ascensão económica. A chamada “etapa de ouro” da exploração petrolífera, leva o Estado venezuelano a investir em obras monumentais, como uma auto-estrada que passa a ligar Caracas a La Guaira. A imagem de prosperidade económica seduz cada vez mais os emigrantes da velha Europa, em especial, da Península Ibérica e da Itália. Entre 1952 e 1957, chegam ao país cerca de 45.000 emigrantes, sendo os portugueses mais atraídos pela capital. Em Caracas, trabalham no pequeno comércio, em especial, em padarias, restaurantes, cafés e na florescente construção civil²⁶. Tal como ocorre no Brasil, os emigrantes portugueses na Venezuela criam associações beneficentes, comerciais e regionais, sobressaindo a forte influência da presença dos madeirenses, refletida nas nomenclaturas

24 Relatório Reservado n.º45, datado de 30 de Janeiro de 1961, endereçado ao Delegado Titular do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (São Paulo). Arquivo do DEOPS, 50 E- 29-15.

25 Carta de Francisco Oliveira Pio a Mário Mendez Fonseca, datada do Rio de Janeiro, 16 de Março de 1968, cópia. Arquivo do Movimento Nacional Independente. Museu da República e da Resistência. Lisboa.

26 Ver, entre outros, RAMOS, F. J. “La Inmigración en la Administración de Pérez Jiménez (1952-1958), in: *CONHISREMI, Revista Universitaria Arbitrada de Investigación y Diálogo Académico*, Vol. 6, n.º. 3, 2010 (<http://conhisremi.iuttol.edu.ve/articles.php?code=PUBL000013-consultada> em 13 de Maio de 2012); XAVIER, António de Abreu. *Con Portugal en la Maleta*. Caracas: Editorial Alfa, 2007.

destas instituições, como é o caso da Associação Civil Filhos do Faial. Neste quadro, merece destaque o Centro Português de Caracas, a mais influente de todas as associações portuguesas em território venezuelano²⁷.

E, tal como ocorre no caso brasileiro e malgrado a existência de regimes autoritários no país, a Venezuela também atrai um grande número de exilados políticos. Os primeiros a chegar vêm da Espanha Republicana, como o médico August Pi y Sunyer, antigo deputado republicano, fundador do Instituto de Medicina Experimental em Caracas²⁸, ou o galego Xosé Velo Mosquera, antigo secretário-geral da Federação das Mocidades Galeguistas, que ali chega exilado em Outubro de 1948²⁹. Entre os portugueses, Mário Mendez da Fonseca, busca refúgio em Caracas ainda no início da ditadura de Pérez Jiménez³⁰.

Em Janeiro de 1958, após um período de conturbação política e a queda de Pérez Jimenez, Rómulo Bettencourt, candidato pela Acção Democrática, assume a tarefa de restaurar a democracia no país e encaminhar algumas reformas de cunho socialista. A realização da tão sonhada Reforma Agrária, o posicionamento firme do governo frente aos grandes consórcios petrolíferos, com o lema de «no más concesiones», e o papel desempenhado pela Venezuela na criação da OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, são exemplos desta nova conduta³¹.

Relativamente à política externa, o novo regime procura fortalecer os laços com os restantes países da América Latina, fomentando o desenvolvimento dos movimentos democráticos latino-americanos. O clima de liberdade democrática favorece os posicionamentos mais combativos dos exilados políticos estrangeiros e o aparecimento de associações políticas, muitas delas apoiadas por políticos venezuelanos. Em 1959, os republicanos espanhóis fundam em Caracas a Junta de Exilados da República Espanhola, que reúne personalidades de revelo na emigração política. É o caso do jurista e ex-combatente republicano na Guerra Civil espanhola, Manuel Garcia Pelayo, então professor na Universidade Central da Venezuela, e do engenheiro Félix de los Ríos, antigo director geral de Obras Hidráulicas da República³².

27 GOMES, Nancy. “Os Portugueses na Venezuela” (<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n24/n24a10.pdf>), consultado a 10 de Julho de 2012.

28 Sobre o tema, ver, entre outros, Martín-Peña, José Francisco Tinao. “Los médicos del exilio republicano en Venezuela”, in: *Historia Actual Online*. Núm. 7 (Primavera, 2005), (<http://piel-l.org/blog/wp-content/uploads/2009/02/los-medicos-del-exilio-republicano-en-venezuela.pdf> consultada em Janeiro de 2008)

29 Sobre o tema ver, entre outros, PIÑEIRO, Antonio. *Xosé Velo Mosquera, poeta e soñador, político e pensador, revolucionario e mestre*. Vigo, Ir Indo Edicións, 2008.

30 Ver, PIO, Francisco de Oliveira. “Prologo. Una vida ejemplar”, in: Fonseca, Mario Mendez. *42 años de “Estado Novo”*. *Patria sin Hombres y Hombres sin Patria*. Caracas. Movimiento Democrático de Liberación de Portugal y sus Colonias. 1969.

31 PLAZA, Elena. *El 23 de Enero y la consolidación de la democracia representativa en Venezuela. – Ensayos de interpretación socio-política*. Caracas: Editorial Garbizu y Todtmann. 1978.

32 DIAZ-MARTA, Manuel. “. Los ingenieros del exilio español”, in: *Los ingenieros españoles en América. Cuadernos de la Fundación Españoles en el Mundo*. Madrid: Fundación Españoles en el Mundo. 1996, p. 30.

Neste mesmo ano, é também criada na capital venezuelana a “Junta Patriótica Portuguesa”³³, que congrega antigos oposicionistas portugueses, como o já citado Mario Mendez da Fonseca ou Sérgio Alves Moreira³⁴. Ao grupo formado em torno da JPP, irão juntar-se outros exilados, entre eles, o militar e participante da “Revolta da Sé”, Luís Cesariny Calafate³⁵. Primeiramente, as acções do grupo concentram-se na propaganda contra o regime de Salazar através das publicações, artigos em jornais locais, como “El Mundo”, de Caracas, e as emissões de mensagens em programas da rádio³⁶.

Tal como ocorre no Brasil, é significativo o apoio dado a este movimento por políticos venezuelanos, contando entre eles Alberto Ravell, conhecido como o “Senador del Pueblo”, e o deputado César Randón Lovera, responsável pelo prefácio da obra de Mendez da Fonseca, *El fracaso del Salazarismo*³⁷. De igual forma, é também criado um Comité Venezolano Pro-Democracia y Libertad de Portugal, cuja presidência é entregue ao então Senador Alberto Ravell. Este Comité mantém-se activo durante toda a década de sessenta, sendo intensa a correspondência mantida com a Oposição portuguesa radicada na Venezuela e no Brasil durante a década de sessenta³⁸.

E, assim como ocorre em território brasileiro, a oposição exilada na Venezuela também sofre cisões internas. Em 1961/62, passado algum tempo da formação da JPP, uma dissidência entre os seus membros leva à formação do Movimento Democrático de Libertação de Portugal e Colónias, coordenado por Mário Mendez Fonseca, passando a sustentar uma política mais centrista para a oposição portuguesa na Venezuela. Do núcleo inicial da Junta, permanecem elementos como Sérgio Alves Moreira que mantém um discurso mais à esquerda, ainda que não fujam das técnicas de propaganda utilizadas anteriormente.

No quadro da acção comum entre os exilados portugueses na América Latina um episódio se destaca como símbolo da cooperação entre elementos dispersos no Brasil e na Venezuela e,

33 Sobre a Junta, ver, entre outros, ABREU, António. “La Junta Patriótica Portuguesa: una voz de izquierda de la Comunidad portuguesa inmigrante en Venezuela”. *Akademias*, vol. 7, n.º2, 2005, pp.35-59.

34 Sérgio Alves Moreira (1932-2009) emigrou para a Venezuela no início dos anos cinquenta. Emigrante letrado, dedicou-se ao ramo livreiro, tendo também leccionado no Liceu Cajigal na cidade de Barcelona, próxima de Caracas onde residiu e veio a falecer. É de sua autoria a obra MOREIRA, S. A. *A gente tem razão de rebelar-se*. Porto. Oficinas Gráficas Ramos Santos, 1975, onde exalta o combate dos oposicionistas contra o regime de Salazar.

35 O movimento conhecido por “Revolta da Sé” foi uma tentativa revolucionária empreendida por um grupo de elementos católicos reunidos em torno de Manuel Serra, em 12 de Março de 1959. Sobre o tema ver, entre outros, ANDRADE, John. “Golpe da Sé” in: *Dicionário do 25 de Abril. Verde Fauna, Rubra Flora*. Lisboa; Nova Arrancada, 2002, p.174-175. O arquivo de Calafate está disponível no Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra.

36 Ver, entre outros, o artigo de Sérgio Alves Moreira sobre Luís Calafate em “El Mundo”. Caracas, 27 de Julho de 1959, onde apresenta uma imagem do combate ao salazarismo levado a cabo pelos opositores em Portugal. Espólio Luís Calafate. Documento 14. Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra

37 Ver, entre outros, DE ABREU XAVIER, Antonio. *Santa Libertad (Una muestra de la actividad política portuguesa en Venezuela)*. TF, abr. 2004, vol.22, no.86, p.253-266.

38 Ver Arquivo do M.N.I, Museu da República e da Resistência. Lisboa.

paralelamente, da aliança vivenciada inúmeras vezes entre opositores portugueses e espanhóis em prol da restauração do regime democrático na Península Ibérica: o “assalto ao Santa Maria”, levado a cabo por um comando mixto no qual um ex-salazarista, Henrique Galvão, exilado em território venezuelano, assume lugar de destaque do lado português.

3. O sequestro do paquete Santa Maria: a acção comum de exilados espanhóis e portugueses e o impacto internacional

“Cuando el general Delgado llegó a Caracas tuvimos el placer de presentarle, en el Hotel Tamanaco, al Presidente de la Junta de Exilados, don José del Río. Entre ambos se celebró una interesante conversación, a la que asistimos, y en la que a lo largo de tres horas que aquella entrevista duró, se hizo un análisis de la situación española y portuguesa, y por primera vez y siguiendo las indicaciones del señor Górdon, su representante señor Del Río, habló de la conveniencia de establecer un Pacto entre los demócratas exilados de Portugal y de España.”³⁹

“If it was conceived as a rebellion, it was a flop. But if it was a publicity stunt, it was imbued with idealism and conducted with a flamboyance that forced the world's attention on an issue that the world had long ignored.”⁴⁰

Malgrado as afirmações de Mário Mendez Fonseca, os exilados portugueses e espanhóis há muito mantêm contacto e trabalham em conjunto. A aliança entre os dois sectores democráticos da Península remonta à Guerra Civil de Espanha, quando republicanos portugueses participam ativamente no conflito ao lado do Estado Republicano. No exílio, os primeiros contactos datam da década de 40 e da tentativa de uma acção coordenada unindo portugueses, catalães, bascos e galegos⁴¹. O pacto firmado em 1959, envolvendo o General Humberto Delgado e os representantes da oposição espanhola no exílio é, de facto, uma continuidade da luta comum iniciada em 1936 contra a presença fascista em Portugal e o governo autoritário de Franco.

A participação de portugueses no Directório Revolucionário Ibérico de Liberação, DRIL, assinala um novo momento na cooperação entre os exilados portugueses e espanhóis. O organismo, já existente, conta entre os seus principais nomes, com José Fernández Vázquez (Jorge de Sotomayor), membro da Marinha republicana na Guerra Civil. As primeiras acções deste

39 FONSECA, Mario Mendez. *42 años de 'Estado Novo'. Patria sin hombres y hombres sin Patria*. Caracas: Movimiento Democrático de Liberación de Portugal y sus Colonias. 1969. P. 73

40 “Portugal: Revolt on the High Seas, Friday”, in: *Times*, Feb. 03, 1961.

(<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,872033,00.html#ixzz12ReGsWWH>)

41 Sobre o tema ver, entre outros, CLÍMACO, Cristina. “Ana Cristina Pereira. *L' exil politique portugais en France et en Espagne: 1927-1940*. 4 V. Dissertação de doutoramento em Sociedades Ocidentais, apresentada à Universidade de Paris 7 (Denis Diderot), Paris, 1998. Texto policopiado. 1998

movimento são realizadas em Espanha, no ano seguinte à sua fundação, em 1960, incluindo ataques terroristas ao aeroporto de Barajas, em Madrid, e aos caminhos-de-ferro na zona de Barcelona e Bilbao⁴². Porém, a atuação mais conhecida do DRIL, é realizada entre 22 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1961 e mobiliza a atenção internacional, envolvendo directamente ou indirectamente, para além de Portugal e Espanha, a Venezuela, o Brasil e os Estados Unidos: o assalto ao paquete Santa Maria é o símbolo de uma década marcada pelo combate em prol da democracia e pelo fim das ditaduras mais antigas da Europa, a portuguesa e a espanhola⁴³.

A chamada “Operação Dulcineia”, planeada inicialmente por Henrique Galvão e o seu grupo⁴⁴, empreendida em nome do DRIL, reúne exilados portugueses e espanhóis em território venezuelano. Entre estes últimos contam-se com nomes paradigmáticos da oposição republicana a Franco, como Xosé Velo Mosquera, antigo participante da “Mocidade” do Partido Galeguista e membro da guerrilha antifranquista⁴⁵, José Fernández Vázquez (Jorge de Sotomayor), já citado, Humberto Delgado e Henrique Galvão, pelo lado português, ambos ex-membros do regime de Salazar.

A bibliografia em torno do episódio do Santa Maria já alcança um número razoável de títulos, quer em português⁴⁶, quer em espanhol, galego ou catalão⁴⁷. Quanto aos relatos na primeira pessoa, já existem alguns como o do próprio Henrique Galvão, antigo oficial salazarista que rompe com o regime no final da década de quarenta, o de Jorge Soutomayor, que é o responsável pela navegação do Santa Maria, o de Miguel Urbano Rodrigues, jornalista e opositor ao regime de Salazar, e o de Camilo Mortágua, emigrante na Venezuela que, após o contacto com Galvão, passa a militar na luta armada contra o regime salazarista. Podemos contar, ainda, com a possibilidade de entrevistas e

42 Sobre o tema ver, entre outros, RABY, Dawn Linda. *A Resistência antifascista em Portugal. 1941-1974*. Lisboa: Salamandra, 1988; SANCHEZ-ALBORNOZ, Sonsoles. “La Oposición democrática a las dictaduras ibéricas (1940-1965)”, in: *Caudernos de Historia Contemporanea*. Madrid, Universidad Complutense, 1999, nº.21.

43 Sobre o tema ver, entre outros, PAULO, Heloisa. “1961: o Assalto do Santa Maria e o desmoronar do regime salazarista em Portugal”, in: *História Revista*, V. 16, Janeiro/Junho 2011. ISSN 1414-6312 - edição impressa. ISSN 1984-4530 - edição online.

44 Sobre Henrique Galvão, antigo Oficial do Exército, colonialista, deputado salazarista e director da Emissora Nacional, os trabalhos biográficos são escassos, entre eles ver, MONTOITO, Eugénio. *Henrique Galvão ou a dissidência de um cadete do 28 de Maio (1927-1952)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

45 Sobre o tema ver, entre outros, PIÑEIRO, Antonio. *Xosé Velo Mosquera, poeta e soñador, político e pensador, revolucionario e mestre*. Vigo, Ir Indo Edicións, 2008.

46 São interessantes os verbetes sobre o episódio, contidos em alguns dicionários de História Contemporânea como ANDRADE, John. “Operação Dulcineia” in: *Dicionário do 25 de Abril. Verde Fauna, Rubra Flora*. Lisboa; Nova Arrancada, 2002, p.269-270; MELO, Daniel de. “Assalto ao 'Santa Maria'”, in: ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão (coord.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume I, Venda Nova; Bertrand Editora, 1996, pp. 67-69, e RABY, Dawn Linda. “Santa Maria, Assalto do”, in: BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, Vol. 9, Lisboa; Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 396-397.

47 Em português, entre outros, ver ANTÃO, Nelson Moreira, TAVARES, Célia Gonçalves. “Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais”, in: *SAPIENS - Revista de História, Património e Arqueologia*, n.º 0, Dezembro de 2008. (<http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero0/henriquegalvao.pdf>); em espanhol, ver, entre outros, GARCIA; Armando Recio. “El secuestro del Santa Maria en la prensa del regime franquista”, in: *Revista Historia y Comunicacion Social*. Madrid, Universidad Conplutense, Outubro, 2005; BAYÓN, Miguel. *Santa Liberdade*. Barcelona, Planeta, 1999; e em catalão, ver MONTANYÀ, Xavier. *Pirates de la LLibertat*. Barcelona, Empúries, 2004.

depoimentos de muitos dos envolvidos⁴⁸.

O simbolismo do “Santa Maria” reside no facto de que, uma vez em águas internacionais, toda a embarcação é aceite juridicamente como “parcela territorial” do seu país de origem⁴⁹. Assim, o seu aprisionamento pode ser considerado como um verdadeiro “assalto” ao Estado do qual faz parte. A tomada pelo DRIL de um navio português ou espanhol significaria a “deposição” de uma das duas ditaduras, um ato político de revindicação do reconhecimento internacional da luta pela democracia levada a cabo pelos opositores exilados.

Assim sendo, entre 22 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1961, um grupo de portugueses e espanhóis sequestra o paquete português Santa Maria, realizando o primeiro ato do terrorismo moderno contra regimes ditatoriais. Tendo partido do porto de Guaira, na Venezuela, a acção de sequestro é realizada no Curaçau, após a tomada da cabine de comando do navio, onde um oficial é morto e outros dois são feridos. Após o desembarque dos feridos, o episódio acaba por chamar a atenção da comunidade internacional, granjeando pontos para os oposicionistas uma vez que passam a ser reconhecidos como “opositores dos regimes de Franco e Salazar” e não como meros “piratas”, como eram considerados pelos dois regimes. O facto de Henrique Galvão assumir o controlo político do episódio acaba por realçar a participação portuguesa, em especial, aquando dos contactos mantidos com as autoridades navais norte-americanas que enviam uma esquadra para seguir o paquete no seu rumo ao Brasil⁵⁰. A entrada do navio em águas territoriais brasileiras dá-se após a autorização dada do recém-eleito presidente Jânio Quadros aos revoltosos; quando entra em águas territoriais brasileiras leva uma faixa com o novo “nome” com o qual foi rebatizado durante a operação – “Santa Liberdade”⁵¹.

O “fracasso” do sequestro com a entregue do paquete às autoridades brasileiras e o seu posterior envio a Portugal apenas é considerado no discurso oficial proferido pelos regimes ibéricos. A realidade é bem diferente: o ato chamara a atenção para a opressão vivenciada nestes dois países, conseguindo alcançar as primeiras páginas dos noticiários de todo o mundo. De facto, é durante a aproximação do “Santa Liberdade” ao território brasileiro que se passa um dos actos mais inovadores do jornalismo contemporâneo. Gil Delamare, representante da Agência Delmas,

48 Dos depoimentos publicados em diversos momentos sobre o episódio, destacamos: GALVÃO, Henrique. *O Assalto ao “Santa Maria”*. Lisboa, Edições Delfos, 1973; RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em que vivi. I. Procurando um caminho*. Porto, Campo das Letras, 2001; SOUTOMAIOR, Jorge. *Eu roubei o Santa Maria*. Lisboa, Labirinto das Letras, 2010; MORTÁGUA, Camilo. *Andanças para a Liberdade*. Lisboa, Esfera do Caos, 2009. Este último prestou o seu depoimento acerca do episódio para o trabalho em curso.

49 Sobre o tema, ver entre outros: DIOGO, Luís Costa e JANUÁRIO, Rui. *Direito Internacional do Mar*. Coimbra: Almedina, 2000.

50 Documentação do National Archives and Records Administration. Washington. EUA, citado por MONTANYÀ, Xavier. *Pirates de la llibertat*. Barcelona: Empúries, 2004, p. 153

51 Sobre o governo de Jânio Quadros e a sua política internacional, ver, entre outros, BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

responsável pela cobertura fotográfica da revista *Paris Match*, vai ao encontro do paquete a bordo de um avião, pulando de para-quedas para a água, caindo próximo à embarcação e recolhido pela tripulação⁵². Em troca do corajoso ato, o jornalista obtém uma reportagem exclusiva, sendo publicada na sua revista sob o título “La fantastique aventure de Galvão et des pirates de la revolution”⁵³.

A presença de Henrique Galvão e o seu grupo no Brasil acirra o clima de cisões no movimento oposicionista no Brasil. Em muito breve espaço de tempo, Delgado romperá com Galvão, expulsando-o do MNI para o qual o designara como Secretário, ainda quando este estava em território venezuelano. No sentido oposto às divergências existentes, um grupo de operacionais que reúne elementos vinculados à Galvão, como o seu “lugar-tenente” Camilo Mortágua, e ao sector “Delgadista”, como Amândio Silva, resolvem por em prática a “Operação Vagô”. Pensada por Galvão com tal nome e rebatizada por Delgado como “Ícaro”, nenhum deles tenha chegado a acordo quanto à forma da sua realização, basicamente pensada como um “ato contra o regime”. Então, no dia 10 de Novembro de 1961, Camilo Mortágua, Hermínio da Palma Inácio, Amândio Silva, João Martins, Helena Vidal e Fernando Vasconcelos resolvem pô-la em prática, sequestrando um avião da TAP no aeroporto de Casablanca e forçando-o a sobrevoar Lisboa, lançando panfletos contra o regime.

Nos anos posteriores, a atitude colonialista de Henrique Galvão e o autoritarismo de Humberto Delgado afastam-nos dos principais núcleos de oposicionistas. As tentativas de consolidação dos diversos sectores da Oposição portuguesa espalhados pelas Américas, Europa e norte de África resultam sempre em fracasso, decorrência natural das divergências ideológicas existentes. Por outro lado, o sequestro do avião da TAP inicia uma nova etapa na actuação revolucionária dos exilados que, sem estarem presos aos moldes de um comando partidário único, buscam na acção directa um meio para minar o regime e a sua imagem no exterior. Neste âmbito, a criação da LUAR, Liga de Unidade e Acção Revolucionária, e os desentendimentos posteriores em torno da conduta revolucionária a ser assumida pelos seus membros, deixam transparecer a tradição propagandística clássica de alguns dos núcleos opositores radicados na América Latina, nomeadamente o MDLDC, da Venezuela, e o MNI, do Brasil.

4. Os vínculos entre o Movimento Nacional Independente e o Movimento Democrático de Libertação de Portugal e Colónias: dissidências oposicionistas nos quatro continentes

“ [...] Conheço muito bem os comunistas, sei os métodos que

52 Sobre o tema ver SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Florianópolis/Chapecó: Editora Grifos/Letras Contemporâneas, 2000.

53 *Paris Match*, 04-02-1961.

empregam, desde calúnia à difamação são grandes mestres...”⁵⁴

“Reorganização – Aqui, como aí, isto tem sido um caso sério! Para encurtar, dir-lhe-ei que os comunistas empalmaram o C.D.L.P. (Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal)”⁵⁵

“Muito agradeço as fotos tomadas quando da Comemoração do 5 de Outubro em Caracas. Em separado, envio-lhe também, para o seu arquivo e no caso de o não ter ainda, um exemplar do P.D. (Portugal Democrático) com a notícia dessa comemoração em São Paulo”⁵⁶

Na década de sessenta dois marcos assinalam a trajetória da oposição portuguesa. O primeiro é o assassinato de Delgado em 1965 por agentes da PIDE na fronteira luso-espanhola. Isso oferece aos oposicionistas a oportunidade de uma “união”, ainda que temporária, visando denunciar as arbitrariedades do regime. Essa temporária “união” centra-se na imagem daquele que passará a ser um símbolo para a Oposição e na tentativa de culpabilização do Estado pela morte do antigo candidato presidencial. O segundo é o reaparecimento das acções terroristas levadas a cabo por opositores em território português, após mais de trinta anos após a tentativa de assassinato de Salazar, em 1937.

A aparente união em torno da “questão Delgado” não consegue resistir ao impasse ideológico que separa comunistas, socialistas e antigos republicanos. As primeiras informações sobre o desaparecimento do General na fronteira espanhola colocam em xeque a sua ligação com os membros do PCP. Os opositores mais conservadores chegam a responsabilizar os comunistas pelo assassinato do General⁵⁷. A tão decantada união, citada na correspondência entre os núcleos de exilados entre 1965 e 1966 acaba por desvanecer e ser colocada de lado⁵⁸.

O reaparecimento das ações armadas contra o regime é o segundo marco na trajetória dos oposicionistas na década de sessenta. Neste quadro, um dos pontos em destaque envolve a criação da LUAR e as posteriores dissidências entre o núcleo francês, centrado em torno do antigo militante oposicionista Emídio Guerreiro e do grupo reunido em torno de Hermínio da Palma Inácio e Camilo Mortágua. Dispostos a empreender ataques diretos contra o regime, o grupo inicia uma série de

54 Carta de Mário Mendez da Fonseca a Francisco Oliveira Pio, presidente do MNI no Brasil, datada de 15 de Outubro de 1965. Arquivo MNI. Biblioteca Museu da Resistência. Lisboa

55 Carta de Ciríaco Giraldes a Francisco de Oliveira Pio, datada de Paris, 28 de Maio de 1966. Arquivo MNI. Biblioteca Museu da Resistência. Lisboa.

56 Carta de Francisco de Oliveira Pio a Mário Mendez da Fonseca, datada do Rio de Janeiro, 16 de Março de 1968. Arquivo MNI. Biblioteca Museu da Resistência. Lisboa. O jornal Portugal Democrático circulou entre 1958 e 1974, na cidade de São Paulo, Brasil, sendo um dos periódicos da oposição portuguesa exilada com maior tempo de circulação. Sobre o tema ver, entre outros, SILVA, Douglas M. *A Oposição ao Estado Novo no Exílio Brasileiro 1956-1974*. Viseu: Ciências Sociais, 2006.

57 As menções aparecem em autores anticomunistas, ver, entre outros, McGowan, Patrícia. *Misérias do exílio. Os últimos meses de Humberto Delgado Portugueses e Africanos na Argélia*. <https://sites.google.com/site/lancapatricia/home> (consultado a 15 de Junho de 2012).

58 Ver correspondência do MNI entre 1965 e 1966. Arquivo do Movimento Nacional Independente, Biblioteca Museu da Resistência, Lisboa

atos designados como “terroristas”, como a famosa Operação Mondego, um assalto ao Banco de Portugal, na cidade da Figueira da Foz, em 15 de Maio de 1967. A LUAR surge como o organismo político que vai fornecer o “aval” para tais ações, tendo como responsável em Paris, Emídio Guerreiro. No entanto, em muito pouco tempo, as divergências entre o núcleo de Paris e Palma Inácio geram uma série de reacções contrárias à conducta deste último⁵⁹.

Apesar de um fundo “pessoal” da cisão Palma-Guerreiro, o grande motivo do afastamento dos núcleos mais conservadores, como o da Venezuela e o MNI do Brasil, é a aproximação dos métodos utilizados por Palma Inácio e o seu grupo às técnicas já defendidas pelos comunistas da Frente de Acção Popular, criada em 1963 mas que não conseguira sobreviver à repressão⁶⁰. O anti-comunismo de homens como Francisco de Oliveira Pio, apesar deste não demonstrar nenhuma relutância em formalizar cooperações com o PCP, colabora para a aceitação de argumentos contrários à conducta de Palma Inácio levantados por Guerreiro. Este último chega a colocar em dúvida a honestidade de Palma Inácio ao alegar o desvio do dinheiro resultante do assalto da Figueira da Foz para fins pessoais⁶¹.

No entanto, um outro evento no Brasil marca a actuação dos oposicionistas portugueses: o golpe militar de 1964. Silenciados pelas regras impostas pela ditadura, os exilados tornam-se mais cometidos em suas acções. Desaparecem as manifestações públicas de que só alguns tornarão a tomar parte em 1974, já num Portugal livre e democrático.

Bibliografia Básica sobre a temática

FARINHA, Luís. Luís. *O Revirvalho.Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo.1926-1940*.Lisboa. Estampa.1998.

PAULO, Heloisa. “Imagens da Liberdade: os exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Ibérica”, in: *Estudos do Século XX*. N.º8. Coimbra: Imprensa da Universidade/CEIS 20. 2008

PAULO,Heloisa. “O exílio português no Brasil: Os 'Budaz' e a oposição antisalazarista”, in: *Portuguese Migrations in Comparison: Historical Patterns and Transnational Communities. Portuguese Studies Review*, Trent University, Peterborough, Ontario, Vol. 14, No. 2, Junho de 2009

59 Há poucos trabalhos sobre a LUAR, sendo a grande maioria baseada nos depoimentos de Emídio Guerreiro, portanto fortemente marcados por uma visão única, entre eles, ver ANDRADE, John. “LUAR” in: *Dicionário do 25 de Abril. Verde Fauna, Rubra Flora*. Lisboa; Nova Arrancada, 2002, p.211-213. É de assinalar o depoimento de SANTOS, José Hipólito. *Felizmente houve a LUAR*. Lisboa: Âncora.2011.

60 Sobre o tema ve, entre outros, OLIVEIRA, César. “Luta Armada”, in: ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão (coord.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume I, Venda Nova; Bertrand Editora, 1996, pp. 525-527; CARDINA, Miguel. *Margem de Certa Maneira. O Maoísmo em Portugal 1964-1974*. Lisboa: Tinta de China,2011.

61 Ver correspondência entre Emídio Guerreiro e Oliveira Pio entre 18 de Fevereiro de 1968 e 31 de Agosto do mesmo ano. Arquivo do Movimento Nacional Independente, Biblioteca Museu da Resistência, Lisboa.

- ANDRADE, John. *Dicionário do 25 de Abril. Verde Fauna, Rubra Flora*. Lisboa; Nova Arrancada, 2002.
- PAULO, Heloisa. “A oposição emigrada no Brasil”. *Os “Brasileiros” da Emigração*. Museu Bernardino Machado/ Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão: Vila Nova de Famalicão. 1999.
- ABREU, António. “La Junta Patriótica Portuguesa: una voz de izquierda de la Comunidad portuguesa inmigrante en Venezuela”. *Akadosmos*, vol. 7, n.º2, 2005, pp.35-59.
- MOREIRA, S. A. *A gente tem razão de rebelar-se*. Porto. Oficinas Gráficas Ramos Santos, 1975, onde enumera uma série de movimentos oposicionistas contra o regime de Salazar.
- DE ABREU XAVIER, Antonio. *Santa Libertad (Una muestra de la actividad política portuguesa en Venezuela)*. *TF*, abr. 2004, vol.22, no.86, p.253-266.
- SILVA, Douglas M. *A Oposição ao Estado Novo no Exílio Brasileiro 1956-1974*. Viseu: Ciências Sociais, 2006.
- CLÍMACO, Cristina. “Ana Cristina Pereira. *L' exil politique portugais en France et en Espagne: 1927-1940*. 4 V. Dissertação de doutoramento em Sociedades Ocidentais, apresentada à Universidade de Paris 7 (Denis Diderot), Paris, 1998. Texto policopiado. 1998
- Dawn Linda. *A Resistência antifascista em Portugal. 1941-1974*. Lisboa: Salamandra, 1988
- SANCHEZ-ALBORNOZ, Sonsoles. “La Oposición democrática a las dictaduras ibéricas (1940-1965)”, in: *Caudernos de Historia Contemporanea*. Madrid, Universidad Complutense, 1999, n.º21.
- MONTOITO, Eugénio. *Henrique Galvão ou a dissidência de um cadete do 28 de Maio (1927-1952)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão (coord.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume I, Venda Nova; Bertrand Editora, 1996.
- ANTÃO, Nelson Moreira, TAVARES, Célia Gonçalves. “Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais”, in: *SAPIENS - Revista de História, Património e Arqueologia*, n.º 0, Dezembro de 2008. (<http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero0/henriquegalvao.pdf>);
- GARCIA; Armando Recio. “El secuestro del Santa Maria en la prensa del regime franquista”, in: *Revista Historia y Comunicacion Social*. Madrid, Universidad Conplutense, Outubro, 2005;